2 — A data final do período de coexistência coincide com a data de retirada de especificações técnicas nacionais incompatíveis, depois da qual a presunção de conformidade deve basear-se nas especificações europeias harmonizadas (normas harmonizadas ou aprovações técnicas europeias).

3 — Com a publicação do presente despacho ficam revogados todos os anteriormente publicados.

3 de Outubro de 2005. — O Presidente, *J. Marques dos Santos*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas

Despacho n.º 21 877/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 5 do artigo 13.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, conjugado com os artigos 32.º, 33.º e 34.º do Decreto-Lei n.º 269/82, de 10 de Julho, que define e classifica obras de fomento hidroagrícola, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 86/2002, de 6 de Abril, atento o despacho de aprovação da candidatura ao Programa AGRIS do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas de 14 de Maio de 2001, exarado na informação n.º 39/DSHER/DEH/01, do ex-Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente, para a construção da barragem do aproveitamento hidroagrícola das baixas de Óbidos e bloco da Amoreira e caminho de acesso;

Dada a complexidade do processo expropriativo associado à obra em causa, nomeadamente o elevado número de proprietários e rendeiros, bem como de emigrantes ou outros não residentes, decorreram dificuldades processuais na regularização atempada dos processos, a que acresce ainda a dificuldade na obtenção, por parte de alguns proprietários, de documentação legal de titularidade das terras, impedindo a sua conclusão antes de ocorrer a caducidade da declaração de utilidade pública:

Considerando o interesse público na construção da obra em epígrafe e tendo em vista a continuação dos trabalhos, declaro a renovação da declaração de utilidade pública decretada pelo despacho n.º 18 478/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 207, de 2 de Setembro de 2004, com carácter urgente, do empreendimento supracitado, das expropriações ou ocupações temporárias necessárias às obras de construção da barragem do aproveitamento hidroagrícola das baixas de Óbidos e bloco da Amoreira e caminho de acesso (3.ª fase), nos termos do n.º 1 do artigo 14.º e dos artigos seguintes do citado Código, conjugados com os artigos 32.º, 33.º e 34.º do Decreto-Lei n.º 269/82, de 10 de Julho, com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 86/2002, de 6 de Abril, nos exactos termos e condições anteriormente fixados.

22 de Setembro de 2005. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, *Rui Nobre Gonçalves*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Escola Náutica Infante D. Henrique

Rectificação n.º 1726/2005. — *Edital n.º 718/2000 (2.ª série).* — Por despacho do director da ENIDH de 6 de Outubro de 2005, foi alterada a constituição do júri do concurso documental para o recrutamento de um professor-adjunto para a área científica de Tecnologias dos Transportes do quadro de pessoal docente da Escola Náutica Infante D. Henrique, pelo que onde se lê:

«Presidente — Prof. Doutor João Pedro Bettencourt de Mello Mendes, professor auxiliar do Departamento de Engenharia e Gestão do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Vogais:

Prof. Doutor Jorge Miguel dos Reis Silva, professor auxiliar do Departamento de Ciências Aeroespaciais da Universidade da Beira Interior.

Professor António Luís Parreira Fera, professor-adjunto da Escola Náutica Infante D. Henrique.»

deve ler-se:

«Presidente — Prof. Doutor António José Pais Antunes, professor associado com agregação do Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, ao qual preside.

Vogais:

Prof. Doutor João Pedro Bettencourt de Mello Mendes, professor auxiliar do Departamento de Engenharia e Gestão do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Professor António Luís Parreira Fera, professor-adjunto da Escola Náutica Infante D. Henrique.»

6 de Outubro de 2005. — O Director, *João M. Reverendo da Silva*.

Gabinete de Estudos e Planeamento

Rectificação n.º 1727/2005. — Por ter saído com inexactidão o aviso n.º 8266/2005 (2.ª série), de 14 de Setembro, inserto no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 184, de 23 de Setembro de 2005, a pp. 13 820 e 13 821, respeitante ao concurso interno de ingresso para admissão a estágio com vista ao provimento de um lugar de técnico superior de 2.ª classe, procede-se à sua rectificação. Assim, no n.º 4, onde se lê «o conteúdo funcional dos lugares a preencher» deve ler-se «o conteúdo funcional do lugar a preencher», no n.º 8.6, onde se lê «das provas de conhecimentos» deve ler-se «da prova de conhecimentos, no n.º 14, onde se lê «Licenciado Tomaz Alfredo Serpa Miranda», assessor principal» deve ler-se «Licenciado Tomaz Alfredo Serpa Miranda, assessor principal, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos» e onde se lê «Licenciado Carlos Manuel Antunes Freitas Mota» deve ler-se «Mestre Carlos Manuel Antunes Freitas Mota».

23 de Setembro de 2005. — O Director, *Pedro Croft de Moura*.

Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I. P.

Aviso n.º 9064/2005 (2.ª série). — Por deliberação do conselho de administração do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, em sua sessão de 22 de Setembro de 2005:

Luís Miguel Correia Alçaçova, técnico administrativo, gr. 5, br. 9 — autorizada, ao abrigo do n.º 4 do artigo 14.º da Portaria n.º 1098/99, de 21 de Dezembro, a reconversão para técnico de apoio informático, gr. 5, br. 11. (Não carece de visto ou autorização do Tribunal de Contas.)

29 de Setembro de 2005. — O Administrador-Delegado, *David de Oliveira Assoreira*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Gabinete do Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional

Despacho n.º 21 878/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, conjugado com o disposto no artigo 29.º, n.ºs 1, alínea e), e 4, do Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril, e nos termos do despacho n.º 10 847/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 9, de 13 de Maio de 2005, subdelego, sem prejuízo do poder de avocação, nos licenciados Carlos Cardoso Lage, Alfredo Rodrigues Marques e Maria Leal Monteiro na qualidade, respectivamente, de gestores dos programas operacionais das regiões do Norte, Centro e Alentejo, a competência para aprovar as candidaturas de projectos ao financiamento às respectivas intervenções regionalmente desconcentradas do emprego, formação e desenvolvimento social, nas medidas co-financiadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), a qual deverá ser exercida mediante parecer prévio obrigatório e vinculativo do coordenador da intervenção regionalmente desconcentrada do emprego, formação e desenvolvimento social competente.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 7 de Setembro de 2005.

29 de Setembro de 2005. — O Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, *Fernando Medina Maciel Almeida Correia*.

Secretaria-Geral

Rectificação n.º 1728/2005. — Por ter havido desconformidade entre o despacho enviado para publicação em 23 de Setembro de 2005 e o despacho n.º 20 953/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 191, de 4 de Outubro de 2005, rectifica-se que, no 1.º parágrafo, onde se lê «licenciado Paulo Jorge de Carvalho Brito [...] subinspector-geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social» deve ler-se «licenciado Paulo Jorge Carvalho de Brito [...] subinspector-geral da Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social» e, no n.º 1, onde se lê «é nomeado para o cargo de subinspector-geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social o licenciado Paulo Jorge de Carvalho Brito» deve ler-se «é nomeado para o cargo de subinspector-geral da Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social o licenciado Paulo Jorge de Carvalho Brito».

6 de Outubro de 2005. — O Director de Serviços, *Fernando Almodôvar*.

Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais, I. P.

Rectificação n.º 1729/2005. — Por ter saído com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 187, de 28 de Setembro de 2005, o despacho n.º 20 535/2005, rectifica-se que onde se lê «Ao abrigo das disposições conjugadas nos artigos 20.º e 21.º, n.º 3, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, tendo em conta o consignado no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 160/99, de 11 de Maio, e, ainda, de acordo com o n.º 4 do artigo 37.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, determino o seguinte:» deve ler-se «Ao abrigo das disposições conjugadas nos artigos 20.º e 21.º, n.º 3, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, tendo em conta o consignado no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 160/99, de 11 de Maio, e, ainda, de acordo com o n.º 4 do artigo 37.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, determino o seguinte:».

3 de Outubro de 2005. — O Vogal do Conselho Directivo, *Viriato Augusto Baptista*.

Rectificação n.º 1730/2005. — Por ter saído com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 187, de 28 de Setembro de 2005, o despacho n.º 20 536/2005, rectifica-se que onde se lê «Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, prevê, no seu artigo 2.º, n.º 4, conjugado com o artigo 20.º, que o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia de 1.º grau, designadamente director de serviços, seja efectuado, por selecção, de entre os funcionários com seis anos de experiência profissional em carreira cujo provimento seja legalmente exigível uma licenciatura, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo» deve ler-se «Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, prevê, no seu artigo 2.º, n.º 4, conjugado com o artigo 20.º, que o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia de 2.º grau, designadamente chefe de divisão, seja efectuado, por selecção, de entre os funcionários com quatro anos de experiência profissional em carreira cujo provimento seja legalmente exigível uma licenciatura, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo» e onde se lê «Ao abrigo das disposições conjugadas nos artigos 20.º e 21.º, n.º 3, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e tendo em conta o consignado no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 160/99, de 11 de Maio, e, ainda de acordo com o n.º 4 do artigo 37.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, determino o seguinte:» deve ler-se «Ao abrigo das disposições conjugadas nos artigos 20.º e 21.º, n.º 3, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, tendo em conta o consignado no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 160/99, de 11 de Maio, e, ainda, de acordo com o n.º 4 do artigo 37.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, determino o seguinte:».

3 de Outubro de 2005. — O Vogal do Conselho Directivo, *Viriato Augusto Baptista*.

Instituto da Segurança Social, I. P.

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Faro

Despacho n.º 21 879/2005 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Outubro de 2005 do vogal do conselho directivo do Instituto da Segurança Social, I. P., Dr. António Nogueira de Lemos, proferido no exercício de competências delegadas pelo conselho directivo:

Andrea Cristina Ramos Pontvianne Loureiro, com a categoria de assistente administrativa do quadro de pessoal do Instituto da Droga e da Toxicod dependência — autorizada a requisição, nos termos do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, para o Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Faro, com efeitos a 10 de Outubro de 2005, sendo remunerada pelo mesmo índice e escalão.

4 de Outubro de 2005. — O Director Distrital, *Jorge Manuel do Nascimento Botelho*.

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Lisboa

Despacho n.º 21 880/2005 (2.ª série). — *Subdelegação de poderes.* — Nos termos dos artigos 35.º e 36.º do Código de Procedimento Administrativo e no uso dos poderes que me foram conferidos pelo n.º 2 do artigo 25.º dos Estatutos do Instituto da Solidariedade e Segurança Social, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 316-A/2000, de 7 de Dezembro, delego na licenciada Lúcia Manuela Castanheira Ferreira, que se encontra a assegurar a coordenação do Núcleo de Património Aproveitamento e Logística, os seguintes poderes:

1 — Relativamente ao pessoal afecto à respectiva unidade orgânica:

1.1 — Justificar faltas;

1.2 — Aprovar os planos de férias e autorizar as respectivas alterações, bem como a acumulação parcial com as do ano seguinte, dentro dos limites legais;

1.3 — Autorizar férias anteriores à aprovação dos planos de férias e o gozo de férias interpoladas;

1.4 — Solicitar aos serviços competentes de assiduidade a verificação domiciliária da doença e a realização de juntas médicas, nos termos legais aplicáveis, em função de cada regime de trabalho, respectivamente, no caso dos funcionários e agentes da Administração Pública, pela ADSE ou autoridade de saúde e, no caso do pessoal abrangido pelo regime jurídico do contrato individual de trabalho, pelos serviços competentes da segurança social (fiscalização/SVI);

1.5 — Autorizar o pagamento de despesas correntes de natureza urgente até ao montante de € 199,52, bem como de despesas de transportes públicos por motivo de serviço;

1.6 — Propor o pagamento das ajudas de custo e o reembolso das despesas de transporte, cujas deslocações tenham sido prévia e superiormente autorizadas;

1.7 — Propor o pagamento de remunerações por trabalho extraordinário e em dias de descanso semanal, complementar e feriados cuja realização tenha sido prévia e superiormente autorizada.

2 — No âmbito das competências da respectiva unidade orgânica:

2.1 — Autorizar a realização de despesas com locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas até ao limite de € 5000, desde que precedidas de cabimento orçamental, bem como o recebimento de receitas, e decidir sobre a respectiva contratação;

2.2 — Escolher o procedimento prévio para a adjudicação de obras públicas, locação e aquisição de bens e serviços com custo estimado inferior a € 49 879,70;

2.3 — Representar o Instituto da Segurança Social, I. P., Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Lisboa, na outorga de contratos previamente autorizados ou designar funcionários para o mesmo efeito;

2.4 — Homologar os autos de recepção provisória e definitiva, relativos a obras com procedimentos de concurso limitado;

2.5 — Autorizar a publicitação de anúncios de procedimentos de contratação;

2.6 — Autorizar a restituição de valores e o cancelamento de garantias na sequência de homologação de autos de recepção definitiva;

2.7 — Autorizar o pagamento de despesas de correio, telefone, franquias postais, água, electricidade, combustível e rendas, bem como as relativas a contratos de assistência, de limpeza e de vigilância;

2.8 — Autorizar o pagamento de despesas cuja realização tenha sido autorizada superiormente;

2.9 — Autorizar a realização e o pagamento de despesas de transporte e com a reparação de viaturas e aquisição de peças e lubrificantes até ao limite de € 2500;

2.10 — Autorizar a actualização de taxas, rendas e pagamentos resultantes de protocolos, desde que a mesma resulte da lei;